



PROVA



CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM/MS

Concurso Público 01/2026

CARGO: Assessor de Comunicação Social

TURNO: Tarde

INSTRUÇÕES GERAIS

01. **DURAÇÃO DA PROVA: 3 (três) horas, incluído o tempo para o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS.**
02. **Verifique se o seu CADERNO DE QUESTÕES está completo, com 40 (quarenta) questões objetivas do tipo múltipla-escolha, e se o seu tipo de prova (A ou B) é compatível com a sua FOLHA DE RESPOSTAS (A ou B).**
03. Cada questão possui 4 (quatro) alternativas do tipo A, B, C, D. Assinalar apenas uma das alternativas na FOLHA DE RESPOSTAS.
04. O preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS é de inteira responsabilidade do candidato.
05. **Em hipótese alguma a FOLHA DE RESPOSTAS será substituída por erro do candidato, mesmo em caso de rasuras ou marcações indevidas.**
06. Na FOLHA DE RESPOSTAS, verifique se seus dados estão corretamente preenchidos.
07. As questões estão representadas pelos seus respectivos números na FOLHA DE RESPOSTAS.
08. **As marcações na FOLHA DE RESPOSTAS deverão ser feitas com caneta esferográfica de tinta AZUL OU PRETA.**
09. Durante a realização das provas, NÃO se permitirá consulta a materiais diversos nem comunicação entre os candidatos.
10. **É expressamente proibido o uso de qualquer equipamento eletrônico no local de provas, inclusive qualquer tipo de relógio digital ou analógico.**
11. Os objetos não permitidos deverão ser guardados em sacos invioláveis e opacos, disponibilizados pelos fiscais do IAN.
12. **Somente será permitido ao candidato sair do local de provas depois de transcorrido o tempo de 1 (uma) hora de prova, mediante a ENTREGA OBRIGATÓRIA da sua FOLHA DE RESPOSTAS e do seu CADERNO DE QUESTÕES ao fiscal de sala.**
13. **O candidato poderá levar o CADERNO DE QUESTÕES somente depois de transcorrido o tempo de 2 (duas) horas de prova.**
14. **Os 3 (três) últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados juntos quando todos concluírem as suas respectivas provas.**



LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 10.

A motivação dos atos administrativos e a proteção do interesse público

A Administração Pública exerce suas competências por meio de atos administrativos destinados à consecução do interesse público e à concretização das finalidades estabelecidas pelo ordenamento jurídico. Todavia, o exercício dessas prerrogativas não se reveste de caráter absoluto, visto que toda atuação estatal encontra limites nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no caput do artigo 37 da nossa Constituição Federal. Nesse contexto, a motivação dos atos administrativos constitui requisito essencial de legitimidade, por permitir o controle da atuação administrativa tanto pela própria Administração quanto pelos órgãos de controle e pelo Poder Judiciário.

A motivação consiste na exposição clara, coerente e suficiente das razões de fato e de direito que justificam a prática do ato administrativo. Não se trata de mera formalidade burocrática, mas de verdadeiro instrumento de transparência, de controle e de garantia dos direitos fundamentais dos administrados. A ausência de fundamentação adequada, ou a apresentação de justificativas genéricas e incompatíveis com a realidade dos fatos, pode comprometer a validade do ato, especialmente quando impedir o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa pelos interessados.

Não por outra razão, a doutrina contemporânea reconhece que a discricionariedade administrativa não autoriza decisões arbitrárias. Ainda que a lei confira margem de liberdade ao administrador para escolher a solução mais conveniente e oportuna, essa escolha permanece vinculada aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da finalidade pública e da motivação suficiente. Em consequência, o controle jurisdicional não alcança o mérito administrativo propriamente dito, salvo quando evidenciado desvio de finalidade, abuso de poder, erro de fato, manifesta desproporcionalidade ou violação aos princípios que regem a Administração Pública.

Cumprido destacar, ademais, que a teoria dos motivos determinantes estabelece que a validade do ato administrativo se encontra vinculada aos motivos expressamente indicados pela autoridade competente. Assim, se a Administração declara determinada justificativa para a prática do ato e posteriormente se verifica que os fatos alegados não existiam ou eram juridicamente inadequados, o ato poderá ser invalidado, ainda que outra fundamentação eventualmente pudesse sustentá-lo. Essa compreensão fortalece a segurança jurídica, reforça a confiança legítima dos administrados e prestigia o dever de boa-fé objetiva nas relações entre o Estado e os particulares.

Sob outra perspectiva, a eficiência administrativa não pode ser interpretada como autorização para relativizar direitos fundamentais ou afastar procedimentos legalmente previstos. Ao contrário, a busca por maior celeridade deve coexistir com o respeito às garantias processuais, ao devido processo legal e à observância das formas essenciais previstas em lei. A simplificação procedimental somente se revela legítima quando compatível com o sistema normativo e incapaz de comprometer a lisura, a transparência ou a imparcialidade da atuação estatal.

Por fim, importa reconhecer que a legitimidade da atuação administrativa não decorre exclusivamente da conformidade formal com a lei, mas também da observância dos valores constitucionais que orientam a Administração Pública. Um ato aparentemente regular poderá revelar-se inválido caso afronta princípios constitucionais ou produza efeitos incompatíveis com a finalidade pública que lhe deu origem. Nessa perspectiva, o controle dos atos administrativos representa importante mecanismo de preservação do Estado Democrático de Direito, assegurando que o exercício da função administrativa permaneça permanentemente submetido à Constituição, às leis e aos direitos fundamentais. *(Gilberto Manso – Texto adaptado)*

01. A principal tese defendida pelo autor consiste em afirmar que

- (A) a discricionariedade administrativa permite ao administrador escolher livremente a solução que entender conveniente.
- (B) a motivação dos atos administrativos constitui requisito de legitimidade, funcionando como mecanismo de transparência, controle e proteção dos direitos fundamentais, sem faltar a discricionariedade conferida pela lei.
- (C) o controle jurisdicional alcança tanto a legalidade quanto a conveniência e oportunidade dos atos administrativos sempre que houver interesse público relevante.
- (D) a eficiência administrativa possui supremacia sobre os princípios constitucionais, justificando flexibilizações procedimentais quando voltadas ao interesse coletivo.

02. Infere-se CORRETAMENTE do texto que

- (A) a existência de discricionariedade administrativa impede qualquer forma de controle judicial.
- (B) a teoria dos motivos determinantes permite substituir, posteriormente, os fundamentos originalmente utilizados para justificar o ato administrativo.
- (C) um ato formalmente legal poderá ser inválido caso ofenda princípios constitucionais ou desvie da finalidade pública.
- (D) a motivação do ato administrativo constitui requisito exigível apenas quando houver impugnação judicial.

03. No trecho “Não por outra razão, a doutrina contemporânea ...”, a vírgula empregada

- (A) separa uma oração subordinada adverbial reduzida.
- (B) isola uma expressão adverbial deslocada anteposta à oração principal.
- (C) separa sujeito de predicado.
- (D) introduz uma oração coordenada explicativa.

04. No período "A motivação consiste na exposição clara, coerente e suficiente das razões de fato e de direito que justificam a prática do ato administrativo", assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O segmento "que justificam a prática do ato administrativo" constitui oração subordinada adverbial consecutiva.
(B) Os vocábulos "clara", "coerente" e "suficiente" exercem função de adjuntos adnominais do substantivo "exposição".
(C) O termo "das razões de fato e de direito" exerce função de complemento nominal de "exposição".
(D) A oração introduzida por "que" possui valor restritivo e exerce função sintática de adjunto adnominal do antecedente "razões".

05. Assinale a alternativa cuja reescrita preserva integralmente a correção gramatical, o sentido original e a observância das normas de concordância, regência e emprego da crase.

- (A) A Administração Pública permanece vinculada à observância dos princípios constitucionais, à motivação suficiente e à finalidade pública.
(B) A Administração Pública permanece vinculada a observância dos princípios constitucionais, à motivação suficiente e a finalidade pública.
(C) A Administração Pública permanece vinculada à observância dos princípios constitucionais, a motivação suficiente e à finalidade pública.
(D) A Administração Pública permanece vinculada a observância dos princípios constitucionais, a motivação suficiente e à finalidade pública.

06. No trecho "Essa compreensão fortalece a segurança jurídica, reforça a confiança legítima dos administrados e prestigia o dever de boa-fé objetiva nas relações entre o Estado e os particulares.", marque a opção cuja reescrita observa rigorosamente a norma-padrão quanto à colocação pronominal.

- (A) Essa compreensão fortalece-a, reforça-lhe e prestigia-o nas relações entre o Estado e os particulares.
(B) Essa compreensão a fortalece, reforça-lhe a confiança legítima e prestigia o dever de boa-fé objetiva.
(C) Essa compreensão fortalece a segurança jurídica, reforça a confiança legítima dos administrados e prestigia-o, referindo-se ao dever de boa-fé objetiva.
(D) Essa compreensão fortalece a segurança jurídica, reforça a confiança legítima dos administrados e o prestigia, nas relações entre o Estado e os particulares.

07. No período "O ato poderá ser invalidado, ainda que outra fundamentação ...", assinale a opção CORRETA.

- (A) A forma verbal "ser invalidado" encontra-se na voz reflexiva.
(B) A transformação para a voz ativa produz, obrigatoriamente, a oração: "Outra fundamentação invalidará o ato."
(C) O verbo principal da locução verbal encontra-se na voz passiva analítica, sem indicação expressa do agente da passiva.
(D) A oração introduzida por "ainda que" possui valor causal.

08. Considere o último parágrafo do texto, e assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O pronome relativo "que" em "que orientam a Administração Pública" exerce função de sujeito.
(B) Na expressão "valores constitucionais que orientam a Administração Pública", a oração introduzida por "que" restringe o sentido do antecedente e exerce função de adjunto adnominal.
(C) O verbo "orientam" deveria concordar com "Administração Pública", razão pela qual a forma correta seria "orienta".
(D) A substituição de "orientam" por "norteiam" exigiria alteração obrigatória da regência nominal do período.

09. Considere a seguinte reescrita do texto: "A transparência, a motivação adequada e o respeito aos princípios constitucionais ____ indispensáveis para que ____ decisões compatíveis com o Estado Democrático de Direito.". Assinale a alternativa que completa CORRETAMENTE as lacunas.

- (A) é — exista
(B) são — exista
(C) são — existam
(D) é — existam

10. Com base no texto, analise as afirmativas.

I. A expressão "Todavia", no primeiro parágrafo, introduz ideia de oposição em relação ao período anterior.

II. Em "não se trata de mera formalidade burocrática", o pronome "se" exerce função de índice de indeterminação do sujeito.

III. Em "essa escolha permanece vinculada aos princípios da razoabilidade...", o predicado é classificado como verbo-nominal.

IV. A substituição de "Submetido à Constituição, às leis e aos direitos fundamentais" por "Submetido a Constituição, as leis e aos direitos fundamentais" viola a norma de emprego do acento indicativo de crase.

Está CORRETO o que se afirma em

- (A) I e IV, apenas.
(B) I, II e III, apenas.
(C) II, III e IV, apenas.
(D) I, II, III e IV.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

11. Segundo a sua Lei Orgânica, é competência privativa do Município de Jardim/MS, EXCETO

- (A) elaborar o plano plurianual e o orçamento anual.
(B) instituir, executar e apoiar programas educacionais e culturais que propiciem o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente.
(C) sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização.
(D) proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos.

12. Em determinado debate na Câmara Municipal de Jardim/MS, discutiu-se a elaboração de políticas públicas voltadas à redução das desigualdades sociais, à proteção de dados pessoais, à promoção da acessibilidade, ao fortalecimento da assistência social e à divulgação dos direitos fundamentais da população. Durante a sessão, alguns parlamentares sustentaram que tais medidas dependeriam exclusivamente da conveniência administrativa, enquanto outros defenderam que decorrem diretamente dos fundamentos e objetivos estabelecidos na Lei Orgânica do Município. À luz dos arts. 1º ao 4º da Lei Orgânica do Município de Jardim/MS, analise as afirmativas.

I. A autonomia, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político constituem fundamentos da organização do Município.

II. Todo o poder emana do povo, que o exerce exclusivamente por meio de representantes eleitos, admitindo-se participação direta apenas nas hipóteses previstas em lei municipal específica.

III. Constituem objetivos fundamentais do Município, entre outros, assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento local e regional; contribuir para o desenvolvimento estadual e nacional; erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais; promover o bem-estar da comunidade sem discriminação; assegurar, nos termos da lei, a proteção dos dados pessoais; criar programas de prevenção e atendimento especializado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; e promover o amparo à velhice e à criança abandonada.

IV. O Município executará, dentro de sua competência e com recursos da seguridade social, observadas as normas gerais federais, programas governamentais na área da assistência social, conferindo especial atenção à redução da vulnerabilidade socioeconômica das famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza, além de favorecer e coordenar iniciativas particulares voltadas à consecução desse objetivo.

V. Os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na Constituição Federal integram a Lei Orgânica Municipal e devem ser afixados em repartições públicas, escolas, hospitais e demais locais de acesso público, permitindo que todos deles tomem conhecimento, exijam seu cumprimento pelas autoridades e observem os deveres que lhes incumbem.

VI. A promoção dos objetivos fundamentais previstos na Lei Orgânica possui natureza meramente programática, podendo ser afastada por razões de oportunidade e conveniência administrativa, desde que haja justificativa fundamentada do Poder Público.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmativas I, III, IV e V estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II, III, IV e V estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III, IV e VI estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

13. O Município de Jardim/MS pretende promover ampla reorganização administrativa, com a criação de novo distrito mediante desmembramento territorial, a instalação de subsede da Prefeitura em determinado bairro, a instituição de novo símbolo municipal, a redefinição das divisas distritais e a incorporação de novos bens ao patrimônio público. Durante a tramitação da proposta legislativa, surgiram interpretações divergentes quanto à autonomia municipal, à organização político-administrativa, aos requisitos para criação de distritos, ao regime jurídico dos bens municipais e à disciplina dos símbolos oficiais. À luz dos arts. 5º a 13 da Lei Orgânica do Município de Jardim/MS, analise as afirmativas.

I. O Município possui autonomia política, administrativa e financeira, sendo os Poderes Legislativo e Executivo independentes e harmônicos entre si.

II. A Bandeira, o Hino e o Brasão são símbolos oficiais do Município; a lei poderá instituir outros símbolos, permanecendo obrigatório o uso dos símbolos municipais nas repartições públicas e seu estudo nas escolas.

III. Integram o patrimônio municipal os bens móveis e imóveis pertencentes ao Município, bem como os que lhe forem atribuídos por lei ou incorporados por ato jurídico perfeito.

IV. O Município poderá dividir-se, para fins exclusivamente administrativos, em bairros, distritos e vilas, sendo admitida a criação de subsedes da Prefeitura, nos bairros, por lei de iniciativa do Poder Executivo.

V. A criação, incorporação, fusão ou desmembramento de distritos exige lei municipal, consulta plebiscitária, divulgação dos estudos de viabilidade, observância da legislação estadual e atendimento aos requisitos previstos na Lei Orgânica, comprovados pelos documentos legalmente exigidos.

VI. Na fixação das divisas distritais, devem ser evitadas formas assimétricas e a interrupção da continuidade territorial, privilegiando-se, sempre que possível, linhas naturais facilmente identificáveis.

VII. A autonomia municipal autoriza a dispensa da consulta plebiscitária e dos estudos de viabilidade para criação de distritos, desde que a lei municipal seja aprovada pela Câmara.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmativas I, II, IV, V e VII estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, II, III, IV, V e VI estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III, V, VI e VII estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

14. Considere a seguinte situação hipotética: “O Prefeito de Jardim/MS pretende promover ampla reforma administrativa envolvendo Concursos Públicos, Administração Indireta, Licitações e Regime jurídico dos Servidores.”. À luz dos arts. 18 a 24 da Lei Orgânica do Município de Jardim/MS, analise as afirmativas.

I. A investidura em cargo público depende, como regra, de concurso público; é vedado o nepotismo; e admite-se contratação temporária apenas nos casos previstos em lei.

II. A criação de entidades da Administração Indireta depende de lei específica; licitação é a regra para contratações públicas; e a publicidade oficial não pode promover autoridades ou servidores.

III. O Município adotará regime jurídico único; o servidor efetivo poderá ser readaptado; adquirirá estabilidade após três anos de efetivo exercício e avaliação especial; e a aposentadoria observará os requisitos da Lei Orgânica.

IV. A publicidade institucional poderá promover autoridades quando possuir caráter educativo, sendo dispensável licitação para obras públicas quando houver interesse da Administração.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.
- (D) Todas as afirmativas estão corretas.

15. À luz dos arts. 25 a 51 da Lei Orgânica de Jardim, analise as assertivas.

I. A Câmara instala-se em Sessão Solene, independentemente de quórum, sendo presidida inicialmente pelo Vereador mais idoso.

II. Sessão extraordinária delibera apenas sobre a matéria da convocação; sessões são públicas, salvo decisão de 2/3; e sua abertura exige 1/3 dos Vereadores.

III. A Câmara exerce controle externo com auxílio do TCE; CPI exige requerimento de 1/3, fato determinado e prazo certo.

IV. O Vereador é inviolável por suas opiniões, palavras e votos; a perda do mandato por quebra de decoro é sempre declarada pela Mesa Diretora.

Estão CORRETAS

- (A) apenas I, III e IV.
- (B) apenas II, III e IV.
- (C) apenas I, II e III.
- (D) todas as assertivas.

16. Considerando os arts. 52 a 62 da Lei Orgânica de Jardim/MS, analise as assertivas.

I. A emenda à Lei Orgânica exige dois turnos, interstício mínimo de dez dias e aprovação por 2/3 da Câmara.

II. As leis sobre servidores do Executivo são de iniciativa privativa do Prefeito, enquanto a organização administrativa da Câmara é de iniciativa privativa da Mesa.

III. O veto parcial pode recair sobre expressão de artigo; o silêncio do Prefeito importa sanção tácita.

IV. Leis delegadas não podem versar sobre lei complementar ou orçamento; projeto rejeitado somente poderá ser reapresentado na mesma sessão por proposta da maioria absoluta da Câmara.

Estão CORRETAS

- (A) apenas II, III e IV.
- (B) apenas I, II e IV.
- (C) apenas I, III e IV.
- (D) todas as assertivas.

17. À luz dos arts. 1º a 28 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jardim/MS, analise as assertivas.

I. Como regra, as sessões da Câmara são presenciais, admitindo-se, excepcionalmente, sessões virtuais ou híbridas; a sessão legislativa ordinária não será interrompida sem aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

II. O Vereador é inviolável por suas opiniões, palavras e votos; desde a diplomação não poderá ser preso, salvo em flagrante de crime inafiançável; suas imunidades subsistem durante o estado de sítio, ressalvada a hipótese prevista no Regimento.

III. O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal será automaticamente licenciado; a licença para interesse particular não poderá ultrapassar 120 dias por sessão legislativa; e a licença para tratamento de saúde assegura a percepção dos subsídios.

IV. A censura poderá ser verbal ou escrita; a suspensão temporária do mandato não poderá exceder trinta dias; a falta injustificada a quatro sessões ordinárias consecutivas configura hipótese de suspensão temporária; e a perda do mandato por quebra de decoro depende de decisão da Câmara por voto de dois terços.

V. O Vereador incompatibilizado poderá tomar posse normalmente, desde que comprove a desincompatibilização no prazo de quinze dias contado da posse.

Estão CORRETAS

- (A) apenas I, II, III e V.
- (B) apenas II, III e IV.
- (C) apenas I, II, III e IV.
- (D) todas as assertivas.

18. Considerando o Estatuto do Servidores Públicos do Município de Jardim/MS, assinale a opção INCORRETA.

(A) Cargo Público é o conjunto de atribuições e responsabilidades cometidas ao servidor, criado por lei, denominação própria e pago pelos cofres públicos.

(B) O concurso público terá validade de até dois anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por período de dois anos.

(C) O salário-família não está sujeito a qualquer imposto, desconto ou contribuição.

(D) Poderá haver acumulação remunerada de cargos públicos.

19. Com fundamento nos arts. 29 a 47 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Jardim, analise as assertivas.

I. O Plenário delibera por maioria simples, absoluta ou qualificada, exigindo-se voto favorável de dois terços para perda do mandato de Vereador, concessão de título honorífico e aprovação de emenda à Lei Orgânica.

II. A Mesa Diretora possui mandato de dois anos, admitida a reeleição; sua eleição realiza-se por votação aberta, maioria simples, chapas fechadas e presença da maioria absoluta dos Vereadores.

III. Compete à Mesa Diretora, entre outras atribuições, propor leis sobre sua organização, autografar projetos aprovados, promulgar a Lei Orgânica e suas emendas e declarar a perda do mandato de Vereador nas hipóteses previstas na Lei Orgânica, assegurada ampla defesa.

IV. Em caso de empate na eleição da Mesa Diretora, será considerada eleita a chapa cujo candidato a Presidente for o mais idoso; a destituição de membro da Mesa exige resolução aprovada por dois terços dos membros da Câmara, mediante processo próprio.

V. O membro da Mesa acusado em processo de destituição poderá participar da votação, desde que não presida os trabalhos.

Estão CORRETAS

- (A) apenas I, II e III.
- (B) apenas II, III, IV e V.
- (C) apenas I, III e IV.
- (D) apenas I, II, III e IV.

20. À luz do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Jardim/MS, analise as assertivas.

I. O ingresso no serviço público exige, entre outros requisitos, nacionalidade, gozo dos direitos políticos, quitação eleitoral e militar, escolaridade, idade mínima de dezoito anos e boa saúde, podendo a lei estabelecer requisitos adicionais.

II. A nomeação para cargo efetivo depende de concurso público, observadas a ordem de classificação e a validade do certame; os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração, enquanto as funções de confiança são privativas de servidor efetivo.

III. A progressão funcional ocorre por antiguidade para a referência imediatamente superior da mesma classe, exigindo interstício de dois anos, interrompido, entre outras hipóteses, por licença sem vencimentos e suspensão disciplinar.

IV. A transferência para cargo de denominação diversa independe de concurso público, desde que o servidor seja estável e possua a escolaridade exigida para o novo cargo.

Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) Apenas I, II e III estão corretas.
- (B) Apenas II e IV estão corretas.
- (C) Apenas I, III e IV estão corretas.
- (D) Todas estão corretas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Durante a tramitação de projeto de lei de grande repercussão social, a Assessoria de Comunicação da Câmara Municipal recebeu determinação da Presidência para divulgar apenas manifestações favoráveis à proposta nas redes institucionais, omitindo questionamentos apresentados em audiência pública e nas reuniões das comissões permanentes, sob o argumento de preservação da imagem institucional. À luz dos princípios da comunicação pública e institucional, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A comunicação institucional deve priorizar a proteção da imagem do órgão público, ainda que implique divulgação seletiva de informações de interesse coletivo.

(B) A comunicação legislativa admite restrição da publicidade de manifestações contrárias ao projeto sempre que houver interesse político da Mesa Diretora.

(C) A comunicação pública deve compatibilizar transparência, impessoalidade, interesse público e direito à informação, não se confundindo com promoção institucional ou política, razão pela qual a divulgação seletiva compromete sua finalidade.

(D) A divulgação oficial da atividade parlamentar limita-se aos atos aprovados em Plenário, não abrangendo audiências públicas, reuniões de comissões ou manifestações da sociedade civil.

22. Durante sessão plenária transmitida ao vivo, houve intenso debate entre parlamentares sobre projeto de elevado interesse público. Um tempo depois, a Assessoria de Comunicação publicou notícia institucional destacando apenas os discursos da base governista, omitindo, desse modo, intervenções da oposição e os principais questionamentos formulados durante audiência pública que antecedeu a votação. Considerando os princípios da comunicação pública, institucional e legislativa, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A Assessoria de Comunicação possui discricionariedade para selecionar apenas os fatos politicamente convenientes à Administração.

(B) A comunicação legislativa deve refletir a pluralidade do processo legislativo, observando impessoalidade, transparência, interesse público e fidedignidade das informações, sem se converter em instrumento de promoção política.

(C) A cobertura institucional limita-se ao resultado final da votação, sendo irrelevantes os debates ocorridos em Plenário, audiências públicas ou reuniões das comissões.

(D) A divulgação parcial dos fatos é legítima sempre que destinada à preservação da imagem institucional do Poder Legislativo.

23. Após crise decorrente da divulgação de informações contraditórias por diferentes órgãos da Câmara Municipal, a Presidência determinou que cada unidade administrativa elaborasse estratégias próprias de comunicação, sem coordenação da Assessoria de Comunicação Social, alegando maior autonomia administrativa. Considerando a moderna gestão da comunicação pública, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A comunicação integrada pressupõe autonomia absoluta dos setores, dispensando planejamento estratégico comum.
- (B) A gestão da imagem institucional depende exclusivamente da atuação da Assessoria de Comunicação, sendo irrelevante a uniformidade da comunicação produzida pelos demais setores.
- (C) O planejamento estratégico da comunicação pressupõe integração dos fluxos comunicacionais, alinhamento institucional e coerência das mensagens, fortalecendo a identidade institucional e reduzindo riscos reputacionais.
- (D) A comunicação pública restringe-se à divulgação de notícias oficiais, não abrangendo ações voltadas ao relacionamento institucional e à gestão da reputação pública.

24. Ao publicar resumo de lei recentemente aprovada, a Assessoria de Comunicação utilizou linguagem excessivamente técnica, reproduzindo integralmente dispositivos legais sem adaptação para a perfeita compreensão do cidadão. Em seguida, recusou pedido para produzir versão simplificada, alegando que a fidelidade ao texto legal impediria qualquer adequação da linguagem. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A utilização de linguagem técnica constitui exigência do princípio da legalidade, sendo incompatível com versões destinadas ao público leigo.
- (B) A linguagem cidadã busca facilitar a compreensão da informação pública sem alterar o conteúdo jurídico da norma, fortalecendo a transparência e o acesso à informação.
- (C) A simplificação da linguagem oficial somente é admitida mediante autorização legislativa específica.
- (D) A divulgação institucional de atos legislativos deve reproduzir exclusivamente o texto oficial da norma, vedada qualquer contextualização ou esclarecimento ao cidadão.

25. Durante sessão plenária transmitida ao vivo, um Vereador acusou determinado servidor efetivo de integrar esquema de corrupção. Antes de qualquer apuração oficial, diversos veículos de imprensa reproduziram a acusação, enquanto perfis nas redes sociais passaram a divulgar informações não confirmadas. A Presidência da Câmara determinou que a Assessoria de Comunicação divulgasse imediatamente nota oficial afirmando a veracidade das acusações, cancelasse entrevista coletiva previamente agendada e orientasse os servidores a não responderem aos jornalistas. O assessor responsável discordou da determinação.

À luz dos princípios da assessoria de imprensa, do jornalismo institucional, da comunicação pública e da ética profissional, marque a opção CORRETA.

- (A) A divulgação de nota oficial pressupõe compromisso com informações verificadas, podendo a Assessoria reconhecer a existência de apuração em curso, sem confirmar fatos ainda não comprovados, preservando simultaneamente a transparência institucional e o direito à informação.
- (B) A Assessoria de Comunicação deve divulgar a versão determinada pela autoridade superior, ainda que ausente confirmação dos fatos, em razão do princípio da hierarquia administrativa.
- (C) O cancelamento da coletiva e a ausência de posicionamento institucional constituem a estratégia recomendada para impedir a ampliação da crise reputacional.
- (D) Em situações de crise, o dever de apuração jornalística é substituído pelo dever de defesa da imagem institucional, legitimando a divulgação de informações ainda não verificadas.

26. Após a publicação de um vídeo editado fora de contexto, milhares de usuários passaram a compartilhar conteúdo falso afirmando que a Câmara Municipal havia aprovado aumento de tributos inexistente. O tema tornou-se um dos assuntos mais comentados nas redes sociais. O Presidente determinou que a Assessoria evitasse qualquer manifestação para "não alimentar o algoritmo" e aguardasse o encerramento espontâneo das discussões. Considerando as boas práticas de comunicação pública e digital, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A inexistência de pronunciamento oficial constitui, em regra, a resposta institucional mais adequada diante da disseminação de fake news.
- (B) O elevado alcance orgânico da desinformação dispensa a checagem dos fatos, recomendando apenas o monitoramento estatístico das interações.
- (C) O combate à desinformação depende exclusivamente das plataformas digitais, inexistindo atribuição institucional da Assessoria de Comunicação.
- (D) O monitoramento das redes sociais deve ser acompanhado de resposta institucional tempestiva, baseada em informações verificadas, linguagem acessível e estratégia multiplataforma, sem reprodução da desinformação como elemento central da comunicação.

27. Em campanha institucional, a Assessoria de Comunicação utilizou slogan, apelos emocionais e figuras de linguagem. Assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A persuasão pode prevalecer sobre a veracidade da informação.
- (B) Recursos persuasivos são admitidos, desde que preservem a impessoalidade, a clareza e o interesse público.
- (C) Figuras de linguagem são incompatíveis com a publicidade institucional.
- (D) É permitida a promoção pessoal de autoridades quando não houver pedido de voto.

28. A Assessoria de Comunicação de um órgão recebeu determinação para aumentar o alcance das notícias institucionais. Para isso, propôs alterar títulos dos releases com expressões de sensacionalismo, omitir informações não favoráveis, utilizar palavras-chave sem relação com o conteúdo para melhorar o posicionamento nos mecanismos de busca e excluir do clipping reportagens críticas à atuação institucional. Considerando a comunicação pública e o jornalismo institucional, marque a CORRETA.

- (A) A otimização para mecanismos de busca (SEO) autoriza a utilização de títulos e palavras-chave incompatíveis com o conteúdo efetivamente divulgado.
(B) O clipping institucional deve reunir apenas notícias favoráveis à Administração, por possuir finalidade exclusivamente promocional.
(C) O planejamento editorial, o SEO e a produção de releases devem observar critérios de precisão, transparência, interesse público e fidelidade ao conteúdo, sendo incompatível a manipulação informacional para obtenção de maior alcance.
(D) O clipping substitui a atividade de monitoramento de mídia, tornando desnecessária a análise de repercussão institucional.

29. Durante audiência pública sobre o orçamento municipal, a transmissão oficial apresentou falhas técnicas. A equipe de comunicação possuía gravação integral do evento, porém optou por divulgar apenas trechos favoráveis à Administração, sem legendas, audiodescrição ou transcrição textual, alegando limitações operacionais e estratégia de comunicação. Dias depois, veículos de imprensa apontaram divergências entre a cobertura oficial e os fatos efetivamente ocorridos. À luz da comunicação pública, do jornalismo institucional e das boas práticas em mídias digitais, marque a CORRETA.

- (A) A edição seletiva da cobertura institucional é plenamente compatível com a comunicação pública, desde que aprovada pela autoridade competente.
(B) A ausência de recursos de acessibilidade digital é juridicamente irrelevante quando a transmissão original foi disponibilizada em vídeo.
(C) A gestão da crise comunicacional recomenda priorizar exclusivamente indicadores de engajamento e alcance, ainda que em detrimento da precisão da informação divulgada.
(D) A cobertura institucional deve observar fidedignidade, interesse público, acessibilidade, transparência e responsabilidade informacional, sendo incompatível com a omissão deliberada de fatos relevantes ou com a restrição injustificada do acesso ao conteúdo oficial.

30. Durante transmissão oficial de sessão plenária, a equipe de comunicação interrompeu a exibição dos debates para inserir vídeo institucional previamente produzido, retornando apenas no momento da votação. Posteriormente, publicou versão editada do evento, com cortes de manifestações parlamentares e trilha sonora destinada a reforçar a narrativa institucional.

À luz da comunicação pública, da linguagem audiovisual e dos limites jurídicos da comunicação institucional, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A utilização de recursos audiovisuais não afasta o dever de preservar a integridade informacional da cobertura oficial, especialmente quando a edição possa alterar a compreensão dos fatos.
(B) A edição é legítima, desde que preserve a identidade visual da instituição.
(C) A transmissão ao vivo possui natureza promocional, permitindo substituição parcial do conteúdo por material institucional.
(D) A existência da gravação integral torna irrelevantes os critérios de fidedignidade da versão editada.

31. Durante campanha educativa da Câmara Municipal, a Assessoria utilizou fotografia produzida por fotógrafo terceirizado, contendo cidadãos identificáveis em primeiro plano. A imagem foi posteriormente adaptada para redes sociais, com aplicação da identidade visual institucional e recorte digital da composição original. Considerando os aspectos jurídicos da comunicação pública, assinale a opção CORRETA.

- (A) A inserção da identidade visual institucional transfere automaticamente os direitos autorais da fotografia para o órgão público.
(B) A alteração digital da fotografia elimina a necessidade de observar direitos autorais e direitos de imagem.
(C) A utilização institucional da fotografia pode exigir análise simultânea dos direitos autorais, do uso da imagem das pessoas retratadas e da proteção de dados pessoais, conforme as circunstâncias do caso concreto.
(D) Fotografias produzidas para campanhas públicas pertencem ao domínio público desde sua divulgação oficial.

32. Na elaboração de campanha institucional multiplataforma, a equipe propôs adaptar o mesmo conteúdo para televisão, rádio, portal institucional, Instagram, TikTok e YouTube, mantendo integralmente o mesmo roteiro, duração, linguagem e formato gráfico para preservar a identidade institucional. Sob a perspectiva técnica da comunicação integrada, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A comunicação integrada exige uniformidade absoluta de linguagem e formato em todas as plataformas.
(B) A preservação da identidade institucional é compatível com adaptações de linguagem, duração, narrativa e recursos audiovisuais às características de cada plataforma e de seus públicos.
(C) A adaptação da linguagem aos diferentes meios compromete a identidade institucional.
(D) A produção multimídia elimina a necessidade de planejamento editorial específico para cada ambiente digital.

Câmara Municipal de Jardim/MS – Concurso Público 01/2026
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – TURNO TARDE – PROVA “A”

33. Durante crise institucional, a Assessoria produziu vídeo oficial para redes sociais contendo trechos de notícias de terceiros, imagens obtidas na internet, depoimentos editados e comentários publicados por usuários em plataforma digital. Antes da divulgação, o assessor jurídico alertou para riscos relacionados aos direitos autorais, ao uso de imagem, à responsabilidade civil e ao Marco Civil da Internet. Nesse contexto, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O interesse público afasta, por si só, a incidência das normas de direitos autorais e de uso de imagem.
- (B) Conteúdos disponíveis na internet podem ser livremente reutilizados pela Administração Pública, desde que sem finalidade comercial.
- (C) A produção audiovisual institucional deve compatibilizar interesse público, direitos autorais, direitos de personalidade, responsabilidade civil e os limites jurídicos aplicáveis à comunicação digital, ainda que o conteúdo seja destinado exclusivamente às redes sociais oficiais.
- (D) O Marco Civil da Internet disciplina exclusivamente a responsabilidade das plataformas digitais, não produzindo qualquer reflexo sobre a atuação comunicacional dos órgãos públicos.

34. Após denúncia anônima sobre supostas irregularidades em diárias parlamentares, um cidadão requereu, com fundamento na Lei nº 12.527/2011, cópia da prestação de contas, dos comprovantes de despesas e da identificação dos beneficiários. A Câmara Municipal negou parcialmente o acesso, alegando simultaneamente proteção de dados pessoais (LGPD), sigilo administrativo e inexistência de interesse público relevante. Considerando a Constituição Federal, a LAI, a LGPD e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) O tratamento de dados pessoais pela Administração exige ponderação entre transparência e proteção de dados, não sendo legítima a negativa genérica de acesso sem motivação específica e fundamento legal.
- (B) A invocação da LGPD torna automaticamente sigilosos todos os documentos que contenham dados pessoais, independentemente de seu vínculo com recursos públicos.
- (C) A publicidade administrativa e a proteção de dados possuem natureza absoluta, devendo prevalecer sempre a norma mais recente.
- (D) A existência de requerimento formulado com base na LAI impede a realização de juízo administrativo sobre restrições legais de acesso.

35. Durante período de intensa repercussão política, a Assessoria de Comunicação da Câmara produziu matéria institucional omitindo manifestações parlamentares divergentes e atribuindo caráter oficial a informações ainda não confirmadas. O editor justificou a medida afirmando que a comunicação institucional possui finalidade distinta da atividade jornalística. À luz da Constituição Federal, do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros e dos princípios da comunicação pública, marque a opção CORRETA.

- (A) A comunicação institucional dispensa compromisso com exatidão, pluralidade e verificação das informações.
- (B) A distinção entre comunicação institucional e jornalismo não afasta os deveres de veracidade, responsabilidade informacional e respeito ao interesse público na divulgação oficial.
- (C) O interesse institucional autoriza a omissão deliberada de fatos relevantes quando destinada à preservação da imagem do órgão público.
- (D) A cobertura oficial restringe-se aos atos administrativos formalmente publicados, sendo incompatível com a divulgação de debates parlamentares.

36. A Câmara Municipal implantou novo Portal da Transparência, disponibilizando informações apenas em arquivos PDF protegidos contra pesquisa, cópia e tratamento automatizado. Questionada, a Administração alegou que a mera publicação dos documentos atendia integralmente às exigências de transparência pública e governo digital. Considerando a legislação aplicável, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A transparência ativa restringe-se à divulgação formal dos documentos oficiais, independentemente de sua reutilização ou acessibilidade.
- (B) A disponibilização de informações em formato fechado satisfaz automaticamente os princípios dos dados abertos.
- (C) A política de governo digital e transparência privilegia informações acessíveis, reutilizáveis e disponibilizadas em formatos que favoreçam controle social, interoperabilidade e tratamento automatizado, sempre que tecnicamente possível.
- (D) O Marco Civil da Internet disciplina exclusivamente provedores privados, não produzindo qualquer repercussão sobre portais eletrônicos mantidos pelo Poder Público.

37. Antes da votação de projeto de grande impacto financeiro, a Assessoria de Comunicação publicou material afirmando que a proposta já havia sido aprovada, embora ainda pendesse de deliberação em Plenário. Após críticas, sustentou que a divulgação possuía caráter meramente institucional e não interferia no processo legislativo. À luz da Constituição Federal e dos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa CORRETA.

- (A) A publicidade institucional pode antecipar o resultado do processo legislativo desde que a intenção seja informar a população.
- (B) A comunicação oficial deve observar legalidade, impessoalidade, publicidade, transparência e fidelidade ao estágio procedimental do processo legislativo, sendo incompatível a divulgação de fato ainda não consumado.
- (C) O princípio da publicidade autoriza a divulgação de qualquer informação produzida internamente, ainda que destituída de confirmação oficial.
- (D) A função informativa da Assessoria de Comunicação prevalece sobre o devido processo legislativo quando presente relevante interesse social.

38. Após o vazamento de informações sobre supostas irregularidades em procedimento licitatório, a Presidência da Câmara determinou a divulgação imediata de nota oficial no portal institucional e nas redes sociais. A Assessoria produziu versões distintas do comunicado, contendo alterações de terminologia, datas e fundamentos jurídicos, além de expressões opinativas, críticas à imprensa e linguagem excessivamente técnica, sustentando que cada plataforma admite padrões próprios de comunicação e que a simplificação do texto poderia comprometer a precisão jurídica. À luz do Manual de Redação da Presidência da República, da Redação Oficial e das técnicas de comunicação institucional, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A adaptação do conteúdo às plataformas digitais autoriza alterações relevantes das informações oficiais, desde que preservada a finalidade institucional.

(B) A linguagem cidadã admite modificar o conteúdo jurídico da informação para facilitar sua compreensão pelo público.

(C) A urgência da divulgação institucional afasta os requisitos de objetividade, impessoalidade e padronização da redação oficial.

(D) A comunicação institucional pode adaptar linguagem e formato aos diferentes meios, preservando identidade informacional, precisão, clareza, impessoalidade e fidelidade ao conteúdo oficial.

39. Após a migração do portal eletrônico da Câmara Municipal, vídeos de sessões legislativas, fotografias institucionais, notas oficiais e comunicados publicados nas redes sociais permaneceram disponíveis apenas em perfis digitais e em arquivos pessoais de antigos servidores, sem classificação documental, metadados, registro das versões originais, histórico de alterações, autoria ou vinculação aos respectivos processos administrativos. A Administração sustentou que a permanência do conteúdo na internet seria suficiente para assegurar a memória institucional. Considerando os princípios da gestão documental e da preservação da informação, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A manutenção do conteúdo em plataformas digitais substitui integralmente a política de gestão documental do órgão público.

(B) A preservação da memória institucional restringe-se aos documentos físicos ou de valor histórico permanente.

(C) O conteúdo institucional divulgado em meio digital integra o patrimônio informacional da Administração, exigindo classificação, preservação, autenticidade, rastreabilidade, recuperação e gestão contínua dos documentos e respectivos registros.

(D) A reformulação do portal institucional autoriza o descarte dos arquivos digitais anteriormente divulgados, desde que permaneçam acessíveis em ambiente externo.

40. Durante crise institucional decorrente da circulação de notícias falsas sobre supostas irregularidades administrativas, o Assessor de Comunicação recebeu determinação para divulgar, nas redes sociais oficiais, nota institucional destinada a conter a desinformação. Para conferir maior credibilidade ao comunicado, cogitou reproduzir informações discutidas em reunião administrativa ainda não divulgadas oficialmente, antecipar providências pendentes de decisão, compartilhar minutas do texto em grupo privado de mensagens integrado por servidores e particulares para colher sugestões e publicar vídeos contendo apenas legendagem automática, imagens sem audiodescrição, documentos digitalizados em formato não pesquisável e linguagem técnica. A autoridade superior sustentou que a urgência do caso, o interesse público e a necessidade de preservar a imagem institucional justificariam tais medidas. À luz da ética profissional, da ética na comunicação pública, da conduta do servidor público, do sigilo institucional, da responsabilidade funcional, do relacionamento interpessoal, do uso ético das redes sociais institucionais, do combate à desinformação, da responsabilidade na divulgação de informações públicas e dos princípios da comunicação pública acessível e inclusiva, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O dever de combater a desinformação não afasta a observância simultânea da veracidade, do sigilo institucional, da responsabilidade funcional, da integridade da informação, do uso ético dos canais oficiais e da adoção, conforme a natureza do conteúdo, de recursos de acessibilidade e linguagem compatíveis com uma comunicação pública inclusiva.

(B) O interesse público e o combate à desinformação legitimam a divulgação de informações ainda protegidas por sigilo institucional, bem como a flexibilização dos requisitos de acessibilidade quando houver urgência na comunicação oficial.

(C) A utilização de grupos privados de mensagens para aperfeiçoamento de comunicados oficiais descaracteriza eventual violação ao dever de sigilo, desde que não ocorra divulgação pública do conteúdo.

(D) A comunicação institucional pode restringir recursos de acessibilidade sempre que a informação permaneça compreensível para a maioria dos cidadãos, prevalecendo a celeridade administrativa sobre medidas inclusivas.